

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria-Geral de Justiça

LII Concurso para ingresso na carreira do Ministério Público do Estado de Minas Gerais PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA GRUPO TEMÁTICO IV

QUESTÃO 1 – Valor : 4 (quatro) pontos.

O veículo utilitário da empresa *Carbonolight S/A* – fabricante do detergente tóxico conhecido como **carbonite**, recomendável para inutilizar lixo hospitalar – perfazendo o transporte do produto sem as devidas cautelas de acondicionamento, depósito, limitação de volume e informação, acabou por envolver-se em abalroamento na BR – 101, derramando o produto na cabeceira do Córrego Dantas, afetando gravemente o bioma da Mata Atlântica inerente à região, com plena devastação de manancial protegido pelas regras ambientais. Ademais, conforme perícia dos institutos oficiais, de forma contínua e ininterrupta, o acidente reiteradamente traz efeitos de contaminação à represa que abastece a estação de tratamento de água potável na jurisdição compreendida na Comarca de São Domingos. Descobriu-se, posteriormente, que, para a fabricação do produto, a empresa não estava acobertada de licença e alvará permissivos.

Após exaustivo inquérito público, a ação civil pública fora ajuizada, postulando como *obrigação de fazer* a recomposição do acervo ambiental e afastamento da contaminação da represa, bem como *obrigação de não fazer* consistente na vedação de transporte sem as devidas cautelas e fabricação e negociação do produto sem as licenças e alvarás necessários, e, por fim, a *indenização pecuniária*.

Em laureada decisão, o juízo de instância singela, acatando a tese da defesa, julgou parcialmente procedente o pedido para obrigar a requerida apenas à recomposição da área afetada com seu inerente isolamento, porquanto impossível cumulação de obrigação de fazer e de indenizar, conforme art. 3º da LACP. À luz do exposto, perfaça o recurso de apelação exigível ao caso concreto. O candidato deverá esboçar na peça:

i) domínio de conteúdo, consistência na argumentação jurídica, sistematização pautada na coesão e coerência de ideias;

ii) o nexo de imputação e princípios que norteiam a responsabilidade civil no caso concreto; as modalidades teleológicas que informam a reparação integral do dano (compensatória, indenitória e concretizadora);

iii) a necessidade da proteção propositiva *ex ante* e *ex post* ambiental;

iv) classificar os danos ocorrentes;

v) indicar as tutelas processuais pertinentes a cada ilícito, ponderando sobre a insuficiência normativa e o balanceamento axiológico.

Máximo de sessenta (60) linhas e cada item exigido valerá 0,8 pontos.

QUESTÃO 2 – Valor : 2 (dois) pontos.

A segurança jurídica (e seus desdobramentos) como princípio *enformador* e de controle difuso da Administração Pública. Dissertação.

Máximo: trinta (30) linhas.. Máximo: trinta (30) linhas.

QUESTÃO 3 – Valor : 2 (dois) pontos.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Procuradoria-Geral de Justiça

Uma das questões mais tormentosas em matéria de defesa do patrimônio público é, certamente, a contratação temporária com finalidade de frustrar o dever constitucional de nomear candidatos aprovados em concurso público para preenchimento de cargo público de atividade não eventual e sem enquadramento nas exceções legais.

Dito isso, ocorrendo, durante o prazo de validade do concurso público, a abertura de novas vagas de atividades permanentes preenchidas por contratação temporária, indaga-se:

1. É possível exigir da administração pública a nomeação dos candidatos aprovados fora do número de vagas previstos no edital? Por quais fundamentos?
2. Quem detém, nesse caso, legitimidade para requerer em juízo a nomeação dos candidatos aprovados fora do número de vagas do edital?
3. Há caracterização de improbidade administrativa do administrador que deixou de nomear e contratou temporariamente, mesmo havendo candidatos aprovados em concurso público ainda válido?
4. Indicar os dispositivos normativos, constitucional e infraconstitucional, sem reprodução dos textos normativos.

Dissertação, **máximo: trinta (30) linhas.**

QUESTÃO 4 – Valor : 2 (dois) pontos.

O meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito de todos, sendo a defesa e preservação imposta ao Poder Público e à sociedade pela Carta da República de 1988. A responsabilidade do poluidor, independente de culpa, foi o modelo escolhido pelo legislador, havendo dupla função da responsabilidade objetiva: a função preventiva e a função reparadora.

O desenvolvimento sustentável ao longo dos últimos anos exigiu de particulares e empresas privadas mudanças em suas atividades a fim de atender aos padrões aceitáveis de impacto ambiental, buscando-se, o máximo possível, a aproximação ao impacto negativo.

Entretanto, é imperioso colocar foco na atividade estatal, isso porque o Poder Público equipara-se ao consumidor quando contrata a compra de produtos e serviços, e até mesmo quando exerce atividades iguais às dos particulares (siderurgia, petroquímica...). Ainda assim, a administração publica tem o dever de manter-se comprometida com a *sustentabilidade*.

Diante de tais afirmações, solicita-se: Disserte sobre **a sustentabilidade administrativa**, no enfoque do **princípio da eficiência administrativa** e **princípio da obrigação estatal de proteção ambiental**.

Para fins de avaliação, o texto deve conter:

1. O que é **desenvolvimento sustentável**.
2. O que é **sustentabilidade administrativa**.
3. Apontar a interferência dos princípios da **eficiência administrativa** e da **obrigação da proteção estatal ambiental**.
4. Indicar os dispositivos normativos, constitucional e infraconstitucional, sem transcrição dos textos normativos.

Dissertação, **máximo: trinta (30) linhas.**

BOA SORTE!